

Bruno Andrade Costa

Controle Judicial de
POLÍTICAS PÚBLICAS
e o
PROCESSO
CONSTITUCIONAL

**Gestão Processual,
Negociação e Soluções**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5365-7



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Costa, Bruno Andrade.

C837 Controle judicial de políticas públicas e o processo
constitucional: gestão processual, negociação e solu-
ções./ Bruno Andrade Costa./ Curitiba: Jurua, 2015.
148p.

1. Política pública. 2. Poder judiciário e questões
políticas. I. Título.

CDD 347(22.ed.)
CDU 347

000137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 OS DIREITOS SOCIAIS COMO FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA	21
1.1 Anotações Preliminares	21
1.2 O Constitucionalismo dos Novos Tempos e o Estado Social	22
1.3 O Estado Social e as Políticas Públicas	27
1.4 Os Direitos Sociais como Direitos Fundamentais da Pessoa a uma Prestação do Estado	31
1.4.1 A dignidade humana como princípio irradiador dos direitos sociais	31
1.4.2 Os direitos sociais como normas de direito fundamental	32
1.4.3 Os direitos sociais como direitos a prestações	36
1.4.4 Os direitos sociais como direitos subjetivos	39
1.5 Os Direitos Fundamentais Sociais na Constituição Brasileira	42
1.5.1 Uma análise dos direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988	43
1.5.2 Uma proposta de classificação dos direitos sociais na Constituição	44
1.5.3 A estrutura material dos direitos sociais no Brasil	45
1.5.4 O regime jurídico-constitucional dos direitos fundamentais sociais	47
1.5.4.1 Direitos fundamentais sociais como garantias constitucionais qualificadas	47

1.5.4.2	A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais sociais.....	51
1.5.4.3	A exigibilidade e justiciabilidade dos direitos fundamentais sociais e as normas programáticas	52
2	O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: UMA REANÁLISE DO DIREITO PROCESSUAL NO ATUAL ESTADO SOCIAL	57
2.1	A Justiciabilidade dos Direitos Sociais e das Políticas Públicas no Brasil	57
2.1.1	Críticas à justiciabilidade dos direitos sociais e das políticas públicas	61
2.2	O Controle Judicial sobre os Direitos Sociais e das Políticas Públicas e sua Dimensão Bifásica.....	64
2.2.1	O Processo de conhecimento: a fase de declaração do direito fundamental violado e os limites de cognição do Poder Judiciário	66
2.2.1.1	As políticas públicas e as ações coletivas: um juízo de adequação.....	67
2.2.1.2	As políticas públicas e o princípio da demanda: uma reanálise no atual Estado Social	71
2.2.1.3	Os limites de cognição do Poder Judiciário	75
2.2.2	A fase de cumprimento de decisões judiciais em sede de políticas públicas.....	79
2.2.2.1	Das espécies de cumprimento de decisões judiciais e seus efeitos	80
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROCESSO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO: UMA GESTÃO NEGOCIADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOLUÇÃO EFICAZ	87
3.1	O Processo Constitucional Democrático nas Políticas Públicas.....	87
3.2	O Poder Judiciário como Agente Catalizador para o Consenso entre Atores das Políticas Públicas.....	92
3.3	Dos Meios e Instrumentos Judiciais de Participação dos Atores e Interessados nas Políticas Públicas.....	94
3.3.1	A audiência pública.....	97

3.3.2 A participação direta dos atores sociais na instrução processual.....	100
3.4 A Construção do Acordo Judicial entre os Atores das Políticas Públicas: os Direitos Indisponíveis e o Mínimo Existencial	105
3.4.1 A instrumentalização do acordo e o termo de ajustamento de conduta.....	108
3.4.2 Dos legitimados à tomada do compromisso.....	110
3.4.2.1 Dos legitimados ativos no termo de ajustamento de conduta.....	110
3.4.2.2 Dos legitimados passivos no termo de ajustamento de conduta.....	112
3.4.2.3 A participação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública nos termos de ajustamento de conduta.....	113
3.4.3 O momento adequado para a celebração do termo de ajustamento de conduta e sua eficácia.....	117
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS	127
ÍNDICE ALFABÉTICO	133